

DISCUSSÕES E DESAFIOS DA INCLUSÃO JUNTO AO PROFESSOR NA ATUALIDADE

DISCUSSIONS AND CHALLENGES OF INCLUSION WITH TEACHERS TODAY

Ana Cristina Sarcinelli Gama*
Joseleide Pereira da Silva Antunes**

RESUMO

O presente artigo investiga as várias dimensões da inclusão escolar e os desafios enfrentados pelos professores na sociedade contemporânea. O objetivo principal é analisar como as políticas e práticas de inclusão impactam o ambiente educacional e os processos pedagógicos atuais e se estas refletem compromisso com a equidade buscando garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens sociais, culturais ou econômicas, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa, abordando aspectos históricos, legislativos e pedagógicos da inclusão escolar. Os resultados revelam que, embora tenham ocorrido avanços significativos nas políticas públicas e nas práticas inclusivas, persistem desafios notáveis, especialmente em relação à formação docente e ao suporte institucional. A análise das políticas públicas e das diretrizes para a inclusão evidencia que, apesar dos esforços para integrar alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, a implementação efetiva ainda enfrenta obstáculos relacionados à falta de recursos e resistência às mudanças. Entende-se que a formação contínua dos professores e a adequação das políticas e práticas institucionais são essenciais para o sucesso da inclusão escolar. Pesquisas adicionais focadas na avaliação das estratégias de formação docente e na eficácia das políticas inclusivas para promover uma educação verdadeiramente inclusiva podem ser consultadas numa vasta gama de trabalhos acadêmicos e livros, inclusive no universo virtual.

Palavras-chave: inclusão escolar; políticas públicas; formação docente.

* Graduanda de Licenciatura em Educação Profissional para Graduados no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Brasília, Campus Samambaia. Bacharela em Comunicação Social pelo Centro Universitário Icesp. E-mail: cris.bsb@gmail.com.

**Professora EBTT do Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia – Coordenadora do curso Técnico Subsequente em Edificações. Graduada em Engenharia Civil, Doutora em Geotecnia pela Universidade de Brasília, UNB. E-mail: joseleide.silva@ifb.edu.br.

ABSTRACT

This article investigates the various dimensions of school inclusion and the challenges faced by teachers in contemporary society. The main objective is to analyze how inclusion policies and practices impact the educational environment and current pedagogical processes and whether they reflect a commitment to equity, seeking to ensure that all students, regardless of their abilities, social, cultural or economic backgrounds, have access to quality education. To achieve this objective, qualitative bibliographical research was carried out, addressing historical, legislative and pedagogical aspects of school inclusion. The results reveal that, although there have been significant advances in public policies and inclusive practices, notable challenges persist, especially in relation to teacher training and institutional support. The analysis of public policies and guidelines for inclusion shows that, despite efforts to integrate students with special needs into regular schools, effective implementation still faces obstacles related to lack of resources and resistance to change. It is understood that the continuous training of teachers and the adequacy of institutional policies and practices are essential for the success of school inclusion. Additional research focused on evaluating teacher training strategies and the effectiveness of inclusive policies to promote truly inclusive education can be consulted in a wide range of academic works and books, also in the virtual universe.

Keywords: school inclusion; public policies; teacher training.

Data de aprovação: ___/___/2024.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um dos temas centrais nas discussões educacionais contemporâneas, sendo amplamente debatida tanto no âmbito acadêmico quanto no prático. Com o avanço das políticas públicas e legislações que asseguram o direito à educação para todos, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial, a prática pedagógica inclusiva tornou-se um imperativo no contexto das escolas. No entanto, essa transformação não ocorre de maneira simples ou desprovida de desafios, especialmente para o professor, que se vê diante de demandas pedagógicas, emocionais e estruturais crescentes.

O ambiente escolar, muitas vezes, não está totalmente preparado para acolher a diversidade de estudantes, sejam eles portadores de deficiências físicas, cognitivas ou socioemocionais. Nesse sentido, o docente enfrenta uma série de obstáculos que permeiam desde a falta de formação adequada para atuar em contextos inclusivos até a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos que facilitem a aprendizagem de todos os alunos. A inclusão, por sua vez, vai além da integração física do aluno na sala de aula, implicando em uma abordagem educacional que reconheça e valorize as diferenças individuais.

Este estudo justifica-se pela urgente necessidade de compreender como o professor pode atuar efetivamente em ambientes inclusivos, lidando com as complexidades e demandas da sociedade contemporânea, que exige não apenas competências técnicas, mas também uma postura ética, empática e colaborativa. Investigar as várias dimensões da inclusão e os desafios enfrentados pelos professores é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O objetivo geral deste artigo é analisar as diferentes dimensões da inclusão escolar, com ênfase nos desafios enfrentados pelos professores na sociedade contemporânea. Especificamente, busca-se identificar as principais barreiras estruturais e pedagógicas para a inclusão escolar, explorando as competências e habilidades necessárias para que os professores atuem em contextos inclusivos, além de analisar estratégias pedagógicas que possam auxiliar na superação dos desafios enfrentados pelos docentes e as políticas públicas voltadas para a inclusão escolar.

A metodologia adotada para este estudo foi a pesquisa bibliográfica qualitativa e a investigação foi conduzida através de uma revisão da literatura, selecionando obras relevantes dos últimos anos, incluindo artigos científicos, livros, teses e documentos oficiais sobre inclusão educacional, práticas pedagógicas e políticas públicas.

A pergunta-problema que orientou a pesquisa foi: Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores para implementar a inclusão escolar de maneira eficaz na sociedade contemporânea, e como esses desafios podem ser superados?

Espera-se, como resultado, contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre o papel do professor na inclusão escolar, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de políticas educacionais e formações docentes que contemplem a complexidade do ensino inclusivo na sociedade moderna e promova uma educação de qualidade e equitativa para todos e todas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Educação especial

A educação especial tem suas raízes profundamente entranhadas na história da humanidade, refletindo as atitudes e valores culturais em relação às pessoas com deficiências ao longo dos séculos.

O século XVIII marcou o início de um movimento que reconhecia a capacidade das pessoas com deficiências de aprender e se desenvolver, desde que recebessem métodos pedagógicos apropriados. Já o século XIX foi testemunha de um avanço significativo na educação especial, impulsionado pelo movimento iluminista e pelo crescente interesse científico em compreender a mente humana. Pioneiros como *Jean Itard* e *Edouard Séguin* desenvolveram métodos pedagógicos voltados para a educação de crianças com deficiências intelectuais, desafiando as noções prevalecentes de que essas crianças eram "ineducáveis" (BARDY et al. 2013).

A institucionalização da educação especial ganhou força, com a criação de escolas especiais e a disseminação de técnicas educacionais adaptadas às necessidades específicas desses alunos. No entanto, foi somente no século XX que a educação especial passou por uma verdadeira transformação paradigmática, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e a crescente conscientização sobre os direitos humanos ao redor do mundo impulsionaram a inclusão de pessoas com deficiências na educação e na sociedade. O desenvolvimento de legislações específicas, como a Lei da Educação para Todos os Portadores de Deficiência (*Education for All Handicapped Children Act*) de 1975 nos EUA, estabeleceu um marco legal para a garantia do acesso à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas condições.

Este período também foi marcado pelo surgimento de novas abordagens teóricas e práticas na educação especial, que passaram a focar na individualização do ensino e na adaptação curricular, com o objetivo de atender às necessidades específicas de cada aluno. O conceito de "normalização", introduzido por Bengt Nirje na década de 1960, influenciou profundamente as práticas educacionais e de assistência social. Um dos trechos mais conhecidos de sua escrita sobre o conceito de normalização está em seu artigo de 1969, onde ele afirma:

A normalização significa criar condições de vida e de desenvolvimento que sejam tão próximas quanto possível das normas e padrões da sociedade em geral. Isso inclui não apenas as atividades diárias e os ambientes físicos, mas também a forma como as pessoas com deficiências é vista e tratada, garantindo que possam exercer sua autonomia, escolher seu estilo de vida e participar ativamente da comunidade. (NIRJE, 1969, p. 181)

Esse trecho resume a essência de sua proposta, que se concentra na dignidade e nos direitos das pessoas com deficiências de viver de forma semelhante ao resto da população, sem exclusão ou segregação.

Com a chegada do século XXI, a educação especial continua a evoluir, impulsionada por avanços tecnológicos, novas pesquisas em neurociências e uma crescente ênfase na inclusão e nos direitos humanos. A introdução das Tecnologias Assistivas (software de leitura de tela, aplicativos de comunicação alternativa, pranchas de comunicação, cadeiras de rodas motorizadas, etc.) e o uso de abordagens baseadas em evidências têm ampliado as possibilidades de

aprendizagem para alunos com deficiências, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

As políticas públicas de educação, especialmente no Brasil com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), refletem essa mudança de paradigma, buscando não apenas a integração, mas a verdadeira inclusão desses alunos no ambiente escolar regular.

Apesar dos avanços significativos, a educação especial ainda enfrenta desafios consideráveis. A falta de recursos, a inadequada formação de professores e a resistência cultural à inclusão são barreiras persistentes que dificultam a plena realização do potencial educacional de alunos com deficiências. É necessário um esforço contínuo para garantir que as práticas educacionais evoluam em consonância com as necessidades dos alunos (CORTE, et al, 2014).

Portanto, a trajetória da educação especial é marcada por uma evolução constante, na qual a sociedade gradualmente reconheceu e valorizou as capacidades e os direitos das pessoas com deficiências. O desafio atual e futuro é continuar essa jornada, assegurando que todos os indivíduos, independentemente de suas condições, possam desfrutar de uma educação que respeite suas particularidades e promova seu pleno desenvolvimento.

2.2 Inclusão escolar: evolução e perspectivas

O conceito de inclusão escolar tem passado por uma profunda transformação ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças paradigmáticas nas abordagens educacionais e nos valores sociais em relação à diversidade e à igualdade. Inicialmente, a educação para pessoas com deficiências era tratada de forma segregada, com a criação de escolas e classes especiais que, embora voltadas para atender às necessidades desses alunos, reforçavam a separação e a marginalização. A ideia de que a educação deveria ser universal e acessível a todos, independentemente de suas condições, começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XX, impulsionada por movimentos sociais, avanços legais e novas teorias educacionais (FICHTER FILHO; OLIVEIRA; COELHO, 2021).

A evolução do conceito de inclusão escolar pode ser traçada desde a transição do modelo de integração para o modelo de inclusão. A integração, que ganhou destaque a partir dos anos 1970, referia-se à inserção de alunos com deficiências em escolas regulares, mas muitas vezes sem as adaptações necessárias para que esses estudantes pudessem participar plenamente do processo educacional. Era uma prática que, embora reconhecesse o direito desses alunos ao convívio com seus pares, não garantia uma educação de qualidade ou equitativa, pois os colocava em ambientes que não estavam preparados para atendê-los de maneira adequada (GARCIA, 2013).

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas [...] (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2003, p. 32).

No Brasil, a evolução do conceito de inclusão escolar se materializou em políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que enfatiza a responsabilidade do sistema educacional regular em acolher e educar todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades

educacionais especiais. Essa perspectiva desafia as práticas tradicionais de segregação e propõe uma escola para todos, onde as diferenças são reconhecidas, valorizadas e tratadas como parte integrante do processo educativo.

As perspectivas atuais sobre inclusão escolar vão além da simples adaptação curricular e da presença física dos alunos com deficiências. Envolve uma abordagem que considera o desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais. A inclusão é entendida como um processo contínuo, que requer o compromisso de todos os atores envolvidos no contexto educacional, desde professores e gestores até pais e a própria comunidade (LIMA; DORZIAT, 2015).

A inclusão também se expande para abranger outras dimensões da diversidade, como raça, etnia, gênero, orientação sexual e condição socioeconômica, reconhecendo que a verdadeira inclusão só pode ser alcançada em um ambiente que promova a equidade e combata todas as formas de discriminação e preconceito. Neste contexto, a escola inclusiva é vista como um espaço que não apenas acolhe, mas que também celebra a diversidade, preparando todos os alunos para viver em uma sociedade plural e democrática (MANTOAN, 2015).

Apesar dos avanços conceituais e das conquistas legais, a implementação da inclusão escolar enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação contínua e especializada para os professores, a adequação dos recursos pedagógicos e tecnológicos, e a criação de ambientes escolares acessíveis e acolhedores. A resistência cultural, as barreiras atitudinais e a falta de financiamento adequado são obstáculos que ainda precisam ser superados para que a inclusão escolar se torne uma realidade plena e efetiva (AZEVEDO, 2023).

Em suma, o conceito de inclusão escolar evoluiu de uma abordagem integracionista e segregadora para uma visão mais ampla e inclusiva, que busca garantir o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, respeitando e valorizando suas diferenças. As perspectivas atuais apontam para a necessidade de um compromisso contínuo com a transformação das práticas educacionais e a promoção de uma cultura de inclusão, que considere a diversidade como uma riqueza e um recurso pedagógico fundamental. A inclusão escolar, portanto, não é apenas um objetivo a ser alcançado, mas um processo dinâmico e permanente.

A implementação da inclusão escolar enfrenta uma série de desafios que se manifestam tanto em nível estrutural quanto pedagógico. Esses desafios refletem as complexidades de transformar um sistema educacional tradicional, muitas vezes projetado para atender a um grupo homogêneo de estudantes, em um ambiente verdadeiramente inclusivo, capaz de acolher e promover o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais. Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário que as escolas superem barreiras que vão desde a adequação física e arquitetônica até a formação e preparação dos profissionais da educação (ROPOLI, 2010).

Do ponto de vista estrutural, um dos principais desafios é a acessibilidade física das escolas. Muitas instituições de ensino, especialmente as mais antigas, não foram projetadas levando em consideração as necessidades de alunos com deficiências físicas ou mobilidade reduzida. A ausência de rampas, elevadores, banheiros adaptados, e outros recursos de acessibilidade compromete a mobilidade dos estudantes e dificulta sua plena participação nas atividades escolares. A adaptação da infraestrutura escolar para atender a essas demandas requer

investimentos significativos, que nem sempre estão disponíveis, especialmente em regiões com menores recursos econômicos.

Além da acessibilidade física, a inclusão exige a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados. Materiais didáticos adaptados, como livros em *braille*, *softwares* educacionais para alunos com deficiência visual ou auditiva, e tecnologias assistivas, são fundamentais para garantir que todos os alunos possam acompanhar o currículo escolar de maneira equitativa. No entanto, a falta de recursos financeiros e a distribuição desigual desses materiais entre as escolas públicas e privadas, ou mesmo entre diferentes regiões do país, representam obstáculos significativos para a efetivação da inclusão escolar (SANTOS; MANTOAN; FIGUEIREDO, 2009).

No que refere às Tecnologias Assistivas os benefícios são imensos, mas o custo elevado de alguns dispositivos, a falta de formação adequada dos professores para utilizar essas ferramentas de forma eficaz e a dificuldade de adaptar a infraestrutura escolar para acomodá-las, são alguns dos desafios.

Outro desafio estrutural é a gestão e organização escolar, que muitas vezes não estão preparadas para lidar com a diversidade de necessidades educacionais. A inclusão requer uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, onde gestores, professores, e outros profissionais da educação trabalhem em conjunto para criar um ambiente escolar inclusivo. A falta de uma cultura institucional que valorize e promova a inclusão pode levar à resistência por parte da equipe escolar, dificultando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas (SASSAKI, 2006).

No âmbito pedagógico, a formação de professores é um dos desafios mais críticos. Muitos docentes não recebem, durante sua formação inicial, a preparação necessária para atuar em contextos inclusivos. A falta de conhecimentos e habilidades específicas para lidar com alunos que apresentam diferentes tipos de necessidades educacionais especiais pode gerar insegurança e, em alguns casos, atitudes de rejeição ou preconceito. A formação continuada, embora essencial, ainda é insuficiente e muitas vezes não aborda de maneira aprofundada as metodologias e práticas pedagógicas necessárias para a inclusão (TANAKA, 2010).

A adaptação curricular é outro ponto nevrálgico na inclusão escolar. Embora a legislação vigente defenda a flexibilização curricular para atender às necessidades de todos os alunos, na prática, muitos professores enfrentam dificuldades para adaptar os conteúdos e métodos de ensino de maneira que contemple a diversidade na sala de aula. A falta de tempo, recursos e apoio técnico-pedagógico adequado muitas vezes impede que os docentes implementem adaptações curriculares eficazes, o que pode levar à exclusão acadêmica de alunos com necessidades especiais (MIRANDA; GALVÃO, 2012).

Os desafios pedagógicos também incluem a necessidade de uma avaliação inclusiva, que respeite as particularidades de cada aluno e permita que todos possam demonstrar seu aprendizado de maneira justa. A utilização de instrumentos e critérios de avaliação que não consideram as diferenças individuais pode resultar em uma avaliação injusta, comprometendo a autoestima e o desenvolvimento dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A inclusão escolar enfrenta desafios culturais e atitudinais que são tão significativos quanto os desafios estruturais e pedagógicos. A resistência à mudança, o preconceito e a falta de compreensão sobre o que significa inclusão são barreiras que dificultam a implementação de práticas educacionais inclusivas. A transformação dessas atitudes exige não apenas formação e sensibilização dos profissionais da educação, mas também uma mudança mais ampla na sociedade,

que deve valorizar a diversidade e promover a inclusão como um princípio fundamental.

A formação docente é um dos pilares fundamentais para a efetivação da inclusão escolar, pois os professores são agentes centrais na implementação de práticas educacionais que acolham e promovam o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas particularidades. No entanto, a preparação dos docentes para atuar em contextos inclusivos apresenta desafios consideráveis, tanto em relação à formação inicial quanto à formação continuada. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os professores adquiram conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitem a enfrentar a diversidade presente em sala de aula de maneira competente e sensível (NASCIMENTO, 2012).

Na obra "Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa", Paulo Freire (1996) enfatiza a importância da autonomia dos educadores e da formação contínua como elementos centrais para uma prática educativa eficaz e transformadora. Freire argumenta que a prática pedagógica deve ser fundamentada em uma compreensão crítica da realidade e na capacidade dos educadores de refletirem e agirem sobre suas práticas. Ele defende que o conhecimento pedagógico não deve ser imposto de maneira unilateral, mas deve emergir de um diálogo constante entre educadores e alunos, promovendo a participação ativa e a construção conjunta do saber.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Por isso, aquele que ensina tem que estar disposto à reflexão crítica sobre sua prática, sobre sua capacidade de incluir a diversidade do saber e de quem aprende, respeitando as diferenças e promovendo a equidade no espaço educacional." (FREIRE, 1996, p. 25)

Paulo Freire (1996) destaca que a formação docente deve preparar os professores para uma prática que valorize a autonomia dos alunos e os engaje em um processo de aprendizagem crítica. Esta abordagem é particularmente relevante para a inclusão escolar, pois permite que os educadores adaptem suas práticas para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. A autonomia proposta por Freire não apenas reflete a capacidade dos educadores de adaptar suas estratégias pedagógicas, mas também a necessidade de criar um espaço educacional onde todos os alunos possam se sentir valorizados e engajados.

A formação inicial de professores historicamente tem sido orientada por modelos tradicionais de ensino, que nem sempre contemplam as necessidades específicas de alunos com deficiências ou outras condições que requerem adaptações pedagógicas. Muitas vezes, os currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia oferecem poucas disciplinas voltadas para a educação inclusiva, e, quando o fazem, essas disciplinas podem ser tratadas de forma isolada, sem integração com outras áreas do conhecimento. Essa abordagem fragmentada pode resultar em uma visão superficial ou limitada da inclusão, não preparando adequadamente os futuros professores para as demandas reais da sala de aula inclusiva (PRADA; FREITAS; FREITA, 2010).

Além da necessidade de ampliar e integrar os conteúdos relacionados à educação inclusiva nos currículos de formação inicial, é fundamental que esses conteúdos sejam abordados de maneira prática e contextualizada. A inclusão requer não apenas conhecimento teórico, mas também a capacidade de aplicar esse conhecimento em situações concretas, adaptando o ensino às necessidades

individuais dos alunos. Isso implica em uma formação que ofereça experiências práticas, como estágios em ambientes inclusivos e simulações de situações reais, onde os futuros professores possam desenvolver suas habilidades de adaptação curricular, manejo de sala de aula e utilização de recursos pedagógicos diversificados (REIS, SILVA, 2011).

Michels, em sua pesquisa "A Formação de Professores de Educação Especial no Brasil: Propostas em Questão" (2017), analisa as propostas e desafios na formação de professores voltados para a educação especial. Michels (2017) examina a evolução da formação docente no Brasil, destacando as mudanças nas políticas e práticas educacionais que visam melhorar a capacitação dos professores para lidar com a diversidade e as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Ela ressalta que a formação docente deve ir além dos aspectos técnicos e incluir uma compreensão aprofundada das questões relacionadas à inclusão e à diversidade.

Michels (2017) critica a falta de integração entre as práticas educativas e as necessidades reais dos alunos com deficiência, apontando que a formação de professores muitas vezes não prepara adequadamente os educadores para enfrentar os desafios da inclusão. Ela sugere que a formação docente deve incorporar práticas reflexivas e críticas, semelhantes às propostas por Freire, para que os professores possam desenvolver competências necessárias para criar ambientes de aprendizagem inclusivos. A pesquisa de Michels (2017) enfatiza a necessidade de uma formação que prepare os educadores para entender e atender às especificidades dos alunos, promovendo práticas pedagógicas que sejam verdadeiramente inclusivas.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008) define que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Essa formação deve contemplar conhecimentos de gestão do sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando a acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça (BRASIL, 2008, p.17 e 18).

A formação continuada, por sua vez, desempenha um papel crucial na capacitação dos professores para atuar em contextos inclusivos. Dado que a inclusão é um campo dinâmico, em constante evolução, os docentes precisam estar continuamente atualizados em relação às novas pesquisas, metodologias e tecnologias assistivas que possam beneficiar seus alunos. Programas de formação continuada devem ser amplos e flexíveis, oferecendo oportunidades para que os professores aprofundem seus conhecimentos em áreas específicas da inclusão, como a educação de alunos com deficiências intelectuais, transtornos do espectro autista, ou dificuldades de aprendizagem, entre outras (REIS; BARRETO, 2011).

Um aspecto importante da formação continuada é a sensibilização e o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à inclusão. A inclusão não é

apenas uma questão técnica, mas também uma questão ética e moral, que requer dos professores uma postura acolhedora, empática e comprometida com o direito de todos os alunos à educação. Para isso, é necessário que a formação continuada inclua momentos de reflexão sobre as próprias atitudes e crenças dos professores, promovendo a conscientização sobre preconceitos e estereótipos que possam influenciar negativamente sua prática pedagógica (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011).

Outro ponto crítico na formação docente para a inclusão é a formação colaborativa e interdisciplinar. A inclusão exige que os professores trabalhem em conjunto com outros profissionais da educação, como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, e assistentes sociais, para atender de maneira integrada às necessidades dos alunos. A formação colaborativa deve ser incentivada desde a formação inicial, promovendo o desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas em contextos interdisciplinares (ROSIN-PINOLA; DEL PRETTE, 2014).

Apesar da importância da formação docente para a inclusão, muitos professores relatam sentir-se despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode gerar insegurança e resistência à inclusão. Essa sensação de despreparo é muitas vezes exacerbada pela falta de apoio institucional e pela sobrecarga de trabalho, que dificultam a participação dos docentes em programas de formação continuada. Para superar esses desafios, é essencial que as políticas públicas e as instituições de ensino ofereçam suporte adequado, incluindo a disponibilização de recursos materiais, a redução da carga de trabalho para permitir a formação continuada, e a criação de redes de apoio entre os profissionais da educação.

O desenvolvimento da inclusão escolar no Brasil está intimamente ligado à evolução das políticas públicas voltadas para a educação especial. Desde a criação do primeiro instituto para surdos no Rio de Janeiro, em 1854, até os dias atuais, as políticas públicas têm desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão escolar, embora o caminho tenha sido marcado por ambiguidades, desafios e avanços graduais. Inicialmente, os institutos voltados para o atendimento de pessoas com deficiência tinham um caráter assistencialista, focando na proteção e abrigo, seguindo modelos europeus da época. Esses institutos, em sua maioria privados, refletiam uma visão limitada da educação especial, restrita a um pequeno grupo de beneficiários (VITTA; VITTA; MONTEIRO, 2010).

A mobilização social em prol da educação especial começou a ganhar força nas décadas de 1950 e 1960, impulsionada por movimentos educativos e pelo trabalho de educadores como Paulo Freire, que defendiam uma educação emancipatória e inclusiva. Em 1957, o governo brasileiro assumiu formalmente a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência, dando início a um processo gradual de inclusão desses indivíduos no sistema educacional. A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, representou um marco significativo, ao incluir artigos específicos sobre a educação de excepcionais e ao garantir o direito à educação para pessoas com deficiência. (AZEVEDO, 2023).

Embora a LDBEN de 1961 tenha defendido a integração dos alunos com deficiência no sistema geral de educação, também delegou parte dessa responsabilidade às instituições particulares, por meio de apoio financeiro. Essa dualidade, presente tanto na LDBEN de 1961 quanto na de 1971, evidenciava a falta de uma política clara e efetiva de inclusão nas escolas regulares, que continuavam

despreparadas para receber e educar esses alunos adequadamente (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à educação foi reforçado, incluindo capítulos específicos sobre a habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência à vida comunitária. A nova, agora, LDB, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, de 1996, continuou a reforçar o princípio da inclusão, ao afirmar que a educação especial deveria ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Entretanto, na prática, a implementação dessas políticas encontrou inúmeras barreiras, tanto em termos de infraestrutura quanto de formação de pessoal, perpetuando uma situação em que a inclusão ainda é insuficiente em muitas regiões do país (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A Constituição Federal destaca a importância da Inclusão da Educação Especial, estabelecida como responsabilidade da União, Estado, Distrito Federal e Municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Art.24 – Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar corretamente sobre: XVI – Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (1988, art. 203).

A partir da década de 1990, com a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a pressão da sociedade civil, as políticas públicas começaram a focar mais intensamente na inclusão escolar. O surgimento de programas e legislações, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, representou passos importantes na consolidação de uma agenda inclusiva. Essas políticas buscaram garantir não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência nas escolas regulares, promovendo a adaptação curricular, a formação de professores e a acessibilidade física e pedagógica (BENITEZ; DOMENICONI, 2014).

Com o avanço das discussões sobre direitos humanos e a consolidação de marcos legais como a Declaração de Salamanca (1994), que teve origem na Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, o conceito de inclusão escolar começou a ser redefinido. Com perspectiva de uma educação para todos a “Declaração de Salamanca” afirma:

[...]este documento começa a nortear que todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos (Declaração de Salamanca, 1994, p. 5-6).

E ainda apela aos governos:

[...]assegurar que, em um contexto de mudança sistêmica, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais dentro das escolas integradoras.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, SEESP, 2001).

Em 2003, o MEC, cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Já em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto (nº 5.296/04) regulamentou as leis (nº 10.048/00 e nº 10.098/00), estabeleceu normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

Adiante, em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal, são formados centros de referência para o atendimento educacional especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores. Nacionalmente, são disseminados referenciais e orientações para organização da política de educação inclusiva nesta área, de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e

desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior. Sendo assim, a educação inclusiva é a confirmação de direitos humanos, uma vez que a mesma “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2007, p. 2).

No ano de 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). No documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, é reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

No entanto, apesar dos avanços legislativos, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A falta de recursos financeiros, a carência de profissionais qualificados, e a resistência cultural em algumas escolas e comunidades são obstáculos que dificultam a plena efetivação das políticas públicas de inclusão. Além disso, a implementação desigual dessas políticas em diferentes regiões do país contribui para a perpetuação de disparidades no atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Portanto, o papel das políticas públicas na promoção da inclusão escolar é fundamental, mas sua eficácia depende de uma série de fatores inter-relacionados, incluindo o comprometimento político, a alocação de recursos adequados, a formação continuada dos profissionais da educação, e a sensibilização da sociedade para a importância da inclusão. Com um esforço coletivo e coordenado será possível transformar a inclusão escolar de um ideal legal em uma realidade prática, garantindo a todos os alunos o direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas diferenças.

A inclusão escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e socioemocional de todos os alunos, com e sem deficiência. Ao promover um ambiente educacional que valoriza a diversidade e a participação de todos, a inclusão cria condições para o desenvolvimento integral dos estudantes, estimulando não apenas o aprendizado acadêmico, mas também habilidades sociais e emocionais fundamentais para a vida em sociedade (BISOL; VALENTINI, 2014).

Freire (1967) introduz o conceito de conscientização, ou *conscientização*, como um processo pelo qual os indivíduos se tornam cientes das condições sociais que afetam suas vidas e desenvolvem a capacidade de transformá-las. Aplicando este conceito à inclusão escolar, é possível afirmar que a educação inclusiva deve buscar não apenas a integração física dos alunos com deficiência, mas também a promoção de uma conscientização que permita a todos os alunos compreender e respeitar as diferenças. Freire (1967) argumenta que a educação deve empoderar os alunos para que eles possam agir como agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade.

Do ponto de vista cognitivo, a inclusão escolar contribui para a construção de um processo de aprendizagem mais rico e diversificado. A interação entre alunos com diferentes habilidades e necessidades promove o desenvolvimento de competências cognitivas como a resolução de problemas, o pensamento crítico e a criatividade. Essa interação também desafia os alunos a enxergarem os conteúdos

escolares a partir de múltiplas perspectivas, estimulando a flexibilidade cognitiva e o entendimento de conceitos complexos. Além disso, ao enfrentarem desafios diversos em um ambiente inclusivo, os alunos são incentivados a desenvolver estratégias de aprendizagem diferenciadas, o que pode contribuir para um maior engajamento e sucesso acadêmico (JESUS; BARRETO; GONCALVES, 2011).

Para os alunos com deficiência, a inclusão escolar oferece oportunidades valiosas de aprendizado em um contexto de normalização, onde suas habilidades são reconhecidas e estimuladas. Ao contrário do que ocorre em ambientes segregados, onde o foco pode ser excessivamente centrado nas limitações, a inclusão possibilita que esses alunos participem ativamente do processo educativo, explorando e expandindo suas capacidades cognitivas. A exposição a um currículo comum, adaptado conforme necessário, e a interação com pares não deficientes podem proporcionar avanços significativos no desenvolvimento cognitivo desses alunos, reforçando sua autoconfiança e autoestima.

No âmbito socioemocional, a inclusão escolar promove o desenvolvimento de competências essenciais, como a empatia, a cooperação e a resiliência. Ao conviverem diariamente com colegas de diferentes origens, habilidades e experiências de vida, os alunos aprendem a valorizar a diversidade e a construir relações baseadas no respeito e na solidariedade. Essa convivência inclusiva ajuda a reduzir preconceitos e estigmas, promovendo uma cultura escolar mais acolhedora. Para os alunos com deficiência, a inclusão é especialmente significativa, pois lhes proporciona oportunidades de socialização e participação ativa na vida escolar, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade positiva e para a construção de laços sociais saudáveis (MIRANDA; GALVÃO, 2012).

Além disso, a inclusão escolar contribui para a formação de uma comunidade educativa mais coesa e colaborativa. Quando todos os alunos são encorajados a participar e a contribuir para o ambiente escolar, há uma maior sensação de pertencimento e de responsabilidade compartilhada. Esse sentimento de comunidade fortalece as relações interpessoais e cria um ambiente mais propício ao desenvolvimento emocional dos alunos, onde todos se sentem valorizados e apoiados (PRADA; FREITAS; FREITA, 2010).

No entanto, é importante reconhecer que o impacto positivo da inclusão escolar no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos depende de uma série de fatores, como a adequação das práticas pedagógicas, a formação dos professores e o suporte institucional. A inclusão não deve ser vista apenas como a inserção física de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas como um processo contínuo de adaptação e transformação das práticas educativas para atender às necessidades de todos os estudantes. Quando bem implementada, a inclusão pode transformar a experiência educacional, promovendo um desenvolvimento integral que prepara os alunos para uma vida plena e participativa em sociedade.

Em "Educação como Prática da Liberdade", Paulo Freire (2011) argumenta que a educação deve ser um processo de conscientização e libertação. Ele defende que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, devem ter a oportunidade de se engajar de maneira significativa no processo educativo. E mais:

O educador autêntico é aquele que, ao ensinar, leva em conta as condições concretas dos educandos. Ele reconhece que cada estudante é um sujeito singular, com suas próprias experiências e conhecimentos prévios. Assim, adaptar a prática pedagógica significa não apenas transmitir conteúdos, mas construir um diálogo que respeite as diferenças e as particularidades

de cada indivíduo, possibilitando que todos possam participar ativamente do processo educativo. (FREIRE, 1967, p. 44)

A abordagem de Freire reforça a necessidade de adaptar a prática pedagógica para atender às necessidades individuais dos alunos e promover uma educação que valorize suas experiências e contribuições.

Em "Pedagogia da Esperança", Freire (1994) revisita e expande suas ideias sobre a pedagogia crítica, abordando as dificuldades enfrentadas pelos educadores e alunos no processo de inclusão e destaca a necessidade de uma abordagem resiliente e otimista frente às dificuldades, encorajando educadores e alunos a manterem-se engajados na luta por uma educação mais inclusiva.

A esperança, porém, não pode ser passiva; deve ser ativa, crítica e comprometida com a transformação da realidade. O educador que luta por uma educação inclusiva sabe que essa luta é constante, que o caminho é árduo, mas necessário. É preciso acreditar no poder da educação como prática da liberdade, na capacidade dos alunos, sobretudo os marginalizados, de superar as dificuldades impostas pela exclusão. O educador, ao manter viva essa esperança, ajuda os educandos a resistirem, a sonharem e a construírem, juntos, uma sociedade mais justa e igualitária. (FREIRE, 1994, p. 91)

Uma das principais estratégias para a inclusão é a adaptação do currículo e das metodologias de ensino para atender às necessidades variadas dos alunos. Isso pode envolver a modificação dos conteúdos curriculares, a utilização de materiais didáticos diversificados e a implementação de diferentes abordagens pedagógicas. O uso de tecnologias assistivas deve ser integrado de maneira estratégica no planejamento pedagógico, considerando as necessidades individuais dos alunos e fornecendo suporte adequado para o seu aprendizado e desenvolvimento. Por exemplo, professores podem utilizar recursos visuais, audiovisuais e tecnológicos para tornar o conteúdo mais acessível. A aplicação de métodos de ensino diferenciados, como a instrução individualizada e a utilização de agrupamentos flexíveis, pode ajudar a atender às necessidades específicas de cada aluno (TANAKA, 2010).

A formação contínua dos professores é essencial para que eles estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão. Programas de formação e desenvolvimento profissional devem incluir temas relacionados à educação inclusiva, como estratégias de ensino diferenciadas, gestão de sala de aula inclusiva e uso de tecnologias assistivas. Além disso, a promoção de práticas colaborativas e a troca de experiências entre profissionais da educação podem enriquecer o repertório dos professores e facilitar a implementação de práticas pedagógicas inclusivas (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Para garantir a participação efetiva de todos os alunos, é fundamental criar ambientes de aprendizagem que sejam fisicamente acessíveis e psicologicamente seguros. Isso inclui a adaptação da infraestrutura escolar, como a instalação de rampas e banheiros acessíveis, e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a inclusão. A criação de espaços de aprendizagem flexíveis, que permitam diferentes formas de interação e participação, contribui para um ambiente mais inclusivo e acolhedor (FICHTER FILHO; OLIVEIRA; COELHO, 2021).

A colaboração entre educadores, profissionais de apoio e famílias é uma estratégia essencial para a inclusão. O trabalho em equipe permite que os professores compartilhem informações e estratégias, além de criar planos educacionais individualizados que atendam às necessidades específicas dos alunos.

A comunicação regular com as famílias e a colaboração com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas e assistentes sociais, pode fornecer suporte adicional e garantir que as necessidades dos alunos sejam adequadamente atendidas. A promoção da empatia e do respeito mútuo entre os alunos é uma estratégia pedagógica importante para superar desafios de inclusão. Atividades que incentivam a cooperação, a resolução de conflitos e o desenvolvimento de habilidades sociais podem ajudar a construir um ambiente de respeito e compreensão.

A avaliação contínua e o monitoramento do progresso dos alunos são fundamentais para ajustar e melhorar as práticas pedagógicas inclusivas. As avaliações devem ser diversificadas e adaptadas para refletir as habilidades e conquistas dos alunos de maneira justa e significativa. O uso de avaliações formativas, feedback regular e ajustes no planejamento pedagógico ajudam a identificar áreas de necessidade e a implementar mudanças para melhorar a eficácia das estratégias de inclusão (MANTOAN, 2015).

Os Planos Educacionais Individualizados (PEIs) são ferramentas importantes para atender às necessidades específicas de alunos com deficiências. Esses planos devem ser desenvolvidos em colaboração com a equipe pedagógica, os pais e o próprio aluno, quando possível. O PEI deve detalhar os objetivos educacionais, as adaptações necessárias e os recursos a serem utilizados, garantindo que o aluno receba o suporte adequado para seu aprendizado e desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. No entanto, como analisado ao longo deste artigo, a efetiva implementação das políticas e práticas de inclusão ainda enfrenta diversos desafios, como a formação inadequada dos docentes, a falta de recursos pedagógicos e estruturais, e a resistência de algumas instituições e profissionais à mudança.

É fundamental reconhecer que a inclusão não se limita apenas à inserção física dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, mas envolve também a garantia de condições pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento integral. A formação continuada dos educadores aparece como um dos fatores centrais para o sucesso dessa missão, ao capacitá-los a utilizar metodologias diversificadas e tecnologias assistivas, bem como a desenvolver uma postura ética e reflexiva.

Além disso, a criação de ambientes escolares inclusivos requer um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educacional: professores, gestores, alunos e suas famílias. A inclusão deve ser compreendida como um direito de todos os alunos, independentemente de suas particularidades, e como uma oportunidade de enriquecer as experiências educativas para toda a comunidade escolar.

Finalmente, a transformação rumo à inclusão plena demanda um compromisso contínuo com a construção de políticas públicas eficazes, o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e a valorização do magistério. Somente através dessa perspectiva de mudança e engajamento será possível alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, que respeite e promova a diversidade em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [data de acesso].

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Salamanca, 1994**. Disponível em: <https://www.unesco.org/education/pdf/SALAMAN.PDF>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1999-2002/d3298.htm. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_cne_ceb_02.pdf. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2003**. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/programa-educacao-inclusiva>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/educacao>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas e critérios para a promoção da acessibilidade. Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2004-2006/d5296.htm. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S)**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/naah-s>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/planos-nacionais>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/pde>. Acesso em: 28 de Ago. de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio De Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009, de 08 de maio de 2001**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 31, 18 abr. 2002.

MICHELS, Maria Helena. **A formação de professores de educação especial no Brasil: propostas em questão**. UFSC - CED – NUP FLORIANÓPOLIS, SC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BARBOSA, A. K. G. .; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021.

BARBOSA, E. T.; SOUZA, V. L. T. de. A vivência de professores sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da psicologia histórico-cultural. **Revista Psicopedagogia**, 27(84), 352-362. 2010.

BARDY, L. R. et al. Objetos de Aprendizagem como recurso pedagógico em contextos inclusivos: subsídios para a formação de professores a distância. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2013, vol. 19, n. 2, p. 273 - 288.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2014, vol. 20, n. 2, p. 223 – 234.

CORTE, Marilene G. D. et al. (Org.). **Interfaces entre Políticas, Gestão Educacional e Formação Docente**. Santa Maria, RS, Brasil. Laboratório de Pesquisa, CE, 2014. p. 210-227.

FICHTER FILHO, G. A.; OLIVEIRA, B. R. de; COELHO, J. I. F. A trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Brasil: uma análise dos textos oficiais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 940–956, 2021.

GARCIA, Rosalba Maria. Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Santa Catarina, v. 18, n. 52 jan./mar. 2013.

JESUS, D. M.; BARRETO, M. A. S. C.; GONCALVES, A. F. S. A formação do professor olhada no/pelo GT-15 - educação especial da anped: desvelando pistas. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2011, vol. 17, n.spe1, p. 77 - 92.

LIMA, Niédja Maria Ferreira e DORZIAT, Ana. **Formação docente para educar na diversidade**: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2015, v. 23, n. 87.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, M. C. D; MANTOAN, M. T. E; FIGUEIREDO, V. F. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. São Paulo: MEC/SEESP, 2009.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à inclusão escolar**: a construção da imagem simbólica coletiva. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO, Teófilo Alves Filho (orgs.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, S. F. **Formação continuada de professores na perspectiva da inclusão**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2012.

NIRJE, Bengt. **The Normalization Principle and its Human Management Implications**. The International Social Role Valorization Journal, v. 3, n. 2, p. 175-193, 1969.

PRADA, L. A.; FREITAS, T. C.; Freitas, C. A. **A formação continuada de professores**; alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 10. n. 30, p. 367-387, mai. / ago. 2010.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; SILVA, Livia Ramos de Souza. **Educação inclusiva: o desafio da formação de professores**. REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas. V. 3, n.1 – março de 2011 – p. 07-17.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; BARRETO, Claudia S. G.. **Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade**. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011.

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**... 2014, vol. 20, n. 3, p. 341-356.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de and MONTEIRO, Alexandra S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.** 2010, vol.16, n.3, pp. 415-428. ISSN 1413-6538.

XAVIER, Giseli P. de M. **Educação Inclusiva**. In: CANEN, A.; SANTOS, A. R. Educação multicultural: teoria e prática para professores e gestores em educação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009, p.17-40.

AGRADECIMENTOS

Aos queridos professores, professoras e orientadora que me proporcionaram não apenas o conhecimento necessário, mas reforçaram em mim a crença de que a educação é uma das mais poderosas ferramentas de transformação social. Suas palavras, suas experiências e suas práticas pedagógicas me mostraram que ser docente vai muito além de transmitir conteúdos; trata-se de formar cidadãos com pensamento crítico, capazes de questionar o mundo à sua volta e de agir de maneira consciente e ética. Gratidão a cada um e cada uma que, com vocação e paixão pela docência me inspiraram a trilhar esse caminho com o mesmo compromisso. Vocês me mostraram que ensinar é, por excelência, um ato de resistência e construção de um futuro melhor. Levo comigo um pouco de cada um de vocês.

Aos meus filhos Marcela e João Pedro, penso que continuo ensinando a vocês o valor da perseverança, do aprendizado contínuo e, acima de tudo, do amor e do respeito incondicional por quem somos e pelo caminho que escolhemos trilhar. Eu os amo, não por aquilo que fazem ou conquistam, mas simplesmente por quem vocês são.

Às minhas netas Bianca e Yasmin, vocês são sol em dias chuvosos e vovó quer ser referência de amor e força para vocês.

Aos meus pais Gleceni e Eden (in memoriam), eterna gratidão por todo apoio e por jamais desistirem.

Gratidão a todos e todas, essa vitória também é de vocês.

Ana Cristina